



## ASSOCIADOS VOTAM POR ABERTURA DE ESTATUTO EM ASSEMBLEIA

Aconteceu no dia 14 de abril, na sede da AASPTJ-SP, uma assembleia geral de associados. A reunião tinha como pauta a prestação de contas do ano de 2011, o reajuste da mensalidade da Associação para o ano de 2012 e também a abertura da AASPTJ-SP para novos associados e a alteração estatutária.

As contas do ano passado e o reajuste da mensalidade foram aprovados pelos associados presentes. Desta forma, a mensalidade da Associação passa a ser de R\$ 25,87 a partir de junho (calculada de acordo com o INPC do período entre março de 2011 e março de 2012, apenas repondo a inflação do período)

A alteração do estatuto da AASPTJ-SP para que mais assistentes sociais e psicólogos possam se associar foi o principal tema desta assembleia. Este ponto vem sendo debatido pela diretoria e associados desde o início da gestão Participação e Compromisso (2009-2013). Algumas questões impostas pela conjuntura política do momento trouxeram preocupações quanto aos rumos futuros da Associação, tais como: Reforma Sindical, o papel das associações nas mesas de negociação, a iminente aposentadoria de grande número de assistentes sociais e psicólogos do TJ-SP e a falta de perspectiva de novos concursos, novas formas de organização da categoria de servidores, entre outras. Os debates iniciaram-se durante o Planejamento Estratégico promovido pela

AASPTJ-SP em agosto de 2009 junto com o Conselho de Representantes e foi tema de reuniões, palestras e enquetes. Também foi com essa preocupação que os associados, reunidos em assembleia, aprovaram a criação do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico-sociais, em março de 2011. O Fórum congregou, além dos assistentes sociais e psicólogos judiciários, trabalhadores do sistema de garantia de direitos. Além disso, a diretoria realizou várias visitas regionais com o intuito de levar o debate aos associados nas diversas comarcas do Estado (o programa de visitas continuará). Os associados puderam também inscrever-se em Grupos de Trabalho de temas de interesse da categoria, que ajudam a pensar nos caminhos e formas de luta a se seguir.

Após ampla reflexão e balanço de todas estas ações, a diretoria da AASPTJ-SP elaborou a seguinte proposta, que foi aprovada pela maioria dos participantes da assembleia do dia 14: **Poderão associar-se à AASPTJ-SP também assistentes sociais e psicólogos dos diversos Tribunais de Justiça (Federal, Trabalhista, Eleitoral e Militar) do Estado de São Paulo e assistentes sociais e psicólogos que prestam serviços para o TJ-SP e que recebam salário direta ou indiretamente dos cofres públicos.**

A diretoria também propôs que a AASPTJ-SP encabece os debates e apoie a criação de uma associação nacional que agregue assistentes sociais e psicólogos do Campo Sócio Jurídico (Tribunais, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas). Esta proposta também foi aprovada por ampla maioria dos presentes.

### Veja a alteração do Estatuto da AASPTJ-SP para que assistentes sociais e psicólogos se associem:

#### Como é atualmente:

**Art. 4º.** A AASPTJ-SP terá por finalidade:

Congregar os ASSISTENTES SOCIAIS e PSICÓLOGOS que atuam no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

#### Como ficou:

**Art. 4º.** A AASPTJ-SP terá por finalidade:

Congregar os ASSISTENTES SOCIAIS e PSICÓLOGOS que atuam no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO e nos TRIBUNAIS FEDERAIS, nos limites territoriais do Estado de São Paulo, como funcionários ou como prestadores de serviços temporários ou eventuais.

## Alguns questionamentos que surgiram durante os debates:

### ■ Por que a AASPTJ-SP não se transforma em entidade nacional:

Essa foi uma das possibilidades aventadas durante as reflexões, mas a maioria dos associados considerou importante manter a entidade estadual construída ao longo de 20 anos e que hoje é considerada referência nacional e não perder a força política e técnica já conquistada no Estado. Isso não nos impede de participarmos de uma entidade nacional como associação ou como profissionais individualmente e apoiarmos sua criação e ações.

### ■ É verdade que a AASPTJ-SP não poderá mais participar das mesas de negociação?

Essa é uma das preocupações diante da iminente aprovação de uma reforma sindical, que centraliza forças em sindicatos e centrais sindicais. Acreditamos que a AASPTJ-SP criou ao longo de sua história um papel político importante reconhecido por demais entidades e pelo Tribunal de Justiça. Durante a ação do dissídio coletivo da greve de 2010, o TJ-SP reconheceu as entidades como legítimas representantes dos servidores, embora o representante legal seja o Sindicato União. O Tribunal nunca excluiu as associações das negociações e acreditamos que continuará nos reconhecendo. De qualquer forma, uma entidade nacional poderá participar das mesas de negociação, por isso, uma associação nacional que nos represente faz-se necessária.

### ■ Por que a AASPTJ-SP não se transforma em um sindicato?

Esta possibilidade também surgiu durante os debates, mas foi rejeitada pela maioria dos associados que não querem perder a identidade de associação. Um sindicato cuida exclusivamente de questões trabalhistas e não técnicas. Decidiu-se que seria melhor apoiar os sindicatos já existentes e continuarmos como associação.

### ■ Incluir profissionais terceirizados na AASPTJ-SP não geraria conflitos com os concursados?

Entendemos que os profissionais que prestam serviços para o TJ-SP também são vítimas da precarização de trabalho imposta pelo sistema capitalista e que a melhor forma de enfrentar a questão é unirmos forças e não nos desagregarmos. Somos totalmente contra a terceirização, mas não contra os trabalhadores (assistentes sociais e psicólogos, no caso) terceirizados. Continuaremos lutando pela realização de concursos públicos para que estes colegas possam ser admitidos por esta forma de contrato.

### ■ Então, vamos ter duas entidades representando assistentes sociais e psicólogos do TJ?

Sim. Uma estadual (a AASPTJ-SP como é hoje) e uma nacional que representará também os colegas assistentes sociais e psicólogos do campo sociojurídico.

## ● AASPTJ-SP DISCUTE CEVAT COM ASSOCIADOS

No dia 25 de abril, a AASPTJ-SP reuniu-se com alguns associados e com a diretoria do Núcleo de Apoio Profissional de Serviço Social e Psicologia do TJ-SP para discussão sobre o Centro de Visitas Assistidas do Tribunal de Justiça – Cevat.

Os assistentes sociais e psicólogos presentes trouxeram uma série de problemas relacionados ao “Visitário”, como a ausência de condições éticas e técnicas para a realização do trabalho, a falta de segurança do local, a inadequação dos procedimentos da própria Justiça nos casos de graves violações do direito à convivência de crianças e adolescentes com seus familiares, o desrespeito às prerrogativas profissionais dos assis-

tentes sociais e psicólogos e o descaso do Tribunal com essa realidade.

Outro encaminhamento importante da reunião foi a proposta da diretora do Núcleo, Ana Cristina Amaral de Moura, de o Núcleo sugerir ao TJ de cessar o encaminhamento de novos casos ao Cevat enquanto se rediscute a sua continuidade ou não como serviço ou a realização de adequações necessárias.

Enquanto o Núcleo faz os estudos para poder encaminhar essa proposta, a AASPTJ-SP fará gestões junto aos setores responsáveis para que sejam efetivadas ações que realmente protejam os direitos de todos os envolvidos (técnicos, partes em litígio, crianças e adolescentes, etc.)

Os associados, bastante conhecedores da matéria, como Roseli Bolgueroni, autora de monografia sobre o tema, também questionaram o critério de convocação para o plantão. A AASPTJ-SP irá interpelar a Secretaria de Recursos Humanos do TJ sobre isso e sugerir que os plantões sejam informados com 30 dias de antecedência.

Elisabete Borgianni, presidente da AASPTJ-SP, propôs que se faça uma ampla discussão com os Conselhos Regionais de Serviço Social e Psicologia, com o Ministério Público, com a Defensoria pública e com o Núcleo sobre o tema, além de um seminário e pareceres técnicos para subsidiar propostas alternativas ao Visitário.

Aguarde novas informações!

## SEMINÁRIO: ESCUTA JUDICIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O dia 13 de abril foi marcado por um evento muito importante, organizado pela AASPTJ-SP e pelo Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (Cress-SP) – o seminário **Escuta judicial de crianças e adolescentes: Proteção de direitos – dever de todos**. Cerca de 400 pessoas de diversas instituições da rede de proteção de diversas regiões participaram do evento, que tinha também por objetivo o lançamento do livro **Violência sexual e escuta judicial de crianças e adolescentes – A proteção de direitos segundo especialistas**, organizado pelas duas instituições e que traz artigos de renomados profissionais das áreas do Serviço Social, da Psicologia e do Direito.

A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, abriu o evento e saudou os presentes. “Temos aqui nesse auditório 400 profissionais de Serviço Social, da Psicologia e de outras áreas de conhecimento que estão inseridos em diferentes espaços sócio ocupacionais: prefeituras, ONGs, Tribunal de Justiça, CRAS, CREAS, o que demonstra o interesse de uma ampla rede de profissionais nas questões envolvidas na proteção de direitos de crianças vítimas de violência, especialmente a sexual,” disse. Marcos Valdir Silva, vice-presidente do Cress-SP também ressaltou a importância do evento durante a mesa de abertura. “Este evento não é um simples lançamento de livro, é um ato político. Reafirmamos que nós assistentes sociais, psicólogos e trabalhadores sociais estamos empenhados em

defender os direitos da criança e do adolescente”, expôs.

A mesa de debates mediada pela professora e pesquisadora da Universidade Cruzeiro do Sul, Eunice Fávero, trouxe como temas: o atendimento “não revitimizante” de crianças e adolescentes vítimas de violência – anotações sobre o desvio de finalidade e a recomposição de direitos no Sistema de Garantia de Direitos, cuja palestrante foi Jucimeri Silveira, professora da PUC do Paraná; e memória e trauma – o que não se pode ignorar no debate sobre a escuta judicial de crianças e adolescentes, com a palestrante Maria Helena Mariante Ferreira, psicóloga e psiquiatra, assistente técnica da Equipe de proteção do Centro de Estudos, Atendimento e Pesquisa da Infância (Ceapia) em Porto Alegre.

Jucimeri falou que tem acompanhado a implantação do projeto de escuta “especial” de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no Paraná, especificamente na cidade de São José dos Pinhais. Sobre o projeto do Estado de São Paulo – tema do livro lançado no evento – a professora falou se tratar de um sistema ainda mais complexo de escuta, pois traz como perspectiva a extração da verdade para punição, além de transferir responsabilidades para os Creas (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) de maneira preocupante, deturpando sua finalidade. “Esta proposta me preocupa, pois ela desvirtua responsabilidades de

maneira autoritária e revestida de ameaça e transforma o Creas em uma delegacia, inclusive com quesitos a serem perguntados como circunstâncias e contexto da violência”, expôs. “Nós sabemos que esta não é a função do Creas, ele não tem por objetivo extrair a verdade para a punição, o seu papel é atender famílias com direitos violados”, completou. Por isso, para ela o debate é bem-vindo e deve ter por finalidade o fortalecimento da rede de proteção em âmbito nacional.

Maria Helena trouxe um pouco da sua experiência como psiquiatra e psicóloga explicando como a memória e o trauma se dão nestas situações de violência e como a escuta feita de forma deturpada pode afetar psicologicamente a criança e o adolescente. “A primeira pergunta que fiz quando comecei a ouvir falar sobre depoimento sem dano foi: Depoimento sem dano para quem? Certamente, não é para a criança”, instigou no início de sua palestra. “A criança não tem que ser a produtora da prova. A criança tem que ser ouvida sim, por profissionais que tenham capacitação, mas não nesta forma de depoimento sem dano,” disse. Segundo ela, “de acordo com a organização e estrutura da memória de uma criança e de qualquer adulto, a inquirição vai ficar prejudicada. Estamos examinando uma memória que não tem condições de informar a nós o que queremos saber.”

Para fechar o evento, a primeira tesoureira da AASPTJ-SP, Es-

ther Katayama e Vanice Aparecida Alves, diretora do Cress-SP falaram sobre como as duas entidades pretendem dar continuidade ao debate deste tema, como novos eventos e oficinas. Esther leu uma moção

que foi assinada pelos presentes que será encaminhada à ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes, solicitando a retomada do debate sobre a inqui-

rição “especial” de crianças e adolescentes. O documento pode ser lido no site da AASPTJ-SP: <http://www.aasptj.org.br/noticia/semin%C3%A1rio-escuta-judicial-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes>

## CNJ ANALISARÁ PROPOSTA DE FICHA LIMPA NO JUDICIÁRIO

Uma proposta de resolução apresentada no início de março à Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende estender ao Judiciário, ainda que em outra proporção e caráter, o espírito da chamada Lei da Ficha Limpa. A Lei Complementar 135/2010, que teve sua constitucionalidade confirmada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, torna inelegíveis cidadãos que tiveram o mandato de cargo político eletivo cassado, que tenham renunciado

para evitar a cassação ou ainda se condenados por decisão de órgão colegiado mesmo diante da possibilidade de recursos.

Batizada de “Ficha Limpa no Judiciário”, a proposta de resolução é de autoria do conselheiro Bruno Dantas e prevê a proibição de designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão quem “tenha praticado ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral”.

A Ficha Limpa chegou ao Judiciário com a formulação da proposta que deve ser analisada em deliberação do Plenário do CNJ. A “Proposta de Resolução Ficha Limpa no Judiciário” também estabelece a impossibilidade da manutenção, aditamento ou prorrogarão de contratos com empresas de prestação de serviços que tenham, em seus quadros, funcionários – em atividade nos tribunais – enquadrados pelas regras de inelegibilidade.

## AASPTJ-SP VISITA BARRETOS, RIBEIRÃO PRETO E SOROCABA

Prosseguindo com seu projeto de levar as ações da AASPTJ-SP, ouvir e conhecer a realidade das equipes técnicas das diversas regiões do Estado, a Diretoria esteve nas regiões de Barretos, Ribeirão Preto e Sorocaba.

Dia 9 de março, assistentes sociais e psicólogos de Barretos receberam a primeira secretária, Maria Helena Correa, a assessora da Diretoria Vilma Regina da Silva e o conselheiro Claudio Luis Garcia para discutir aspectos referentes às condições de trabalho, rumos da AASPTJ-SP, abertura do estatuto e ações políticas da entidade.

A primeira tesoureira, Esther Katayama, a conselheira fiscal Elaine Cristina Major e a assessora Wanderlí Caruso estiveram em Ribeirão Preto no dia 16 de março. Houve presença significativa de assistentes sociais e psicólogos da comarca e da circunscrição, cuja participação foi ativa e intensa, com possibilidade de expressarem opiniões, darem sugestões e proporem encaminhamentos, tendo suas dúvidas esclarecidas.

Já Sorocaba recebeu a AASPTJ-SP no dia 10 de abril. Maria Helena, Vilma e a conselheira fiscal Magda Melão discutiram com os profissionais da região assuntos relacionados às demandas do cotidiano profissional das equipes técnicas.

O programa de visitas pelo Estado continuará. Aguarde novas informações.

### EXPEDIENTE

**AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

**Diretoria:** Presidente – Elisabete Borgianni,

Vice-presidente – Catarina Volic,

1ª Secretária – Maria Helena Correa,

2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro,

1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama,

2ª Tesoureiro – Paulo Eduardo Bezerra

**Conselho Fiscal:** Mônica Giacomini,

Margarida Maria Buosi e Magda Melão

Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira

e Deise Rodrigues Amorim

**Conselho Editorial:** Maria Helena Correa,

Mônica Giacomini, Mônica Carteiro, Paulo Eduardo Bezerra

e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação

Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Diagramação: Eduardo Seiji Seki

Tiragem: 1300 exemplares

Endereço: Rua Barão de Itapetininga, 125 – 2º andar

Conj 21 – Centro – Cep 01042-001 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3256-5011

E-mail: [aasptj@aaasptj.org.br](mailto:aasptj@aaasptj.org.br); Site: [www.aasptj.org.br](http://www.aasptj.org.br)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo jornal e da Diretoria da AASPTJ-SP.